

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 9 a 13 de dezembro, em Brasília.

## **ESFORÇO CONCENTRADO NO SENADO, REFORMA TRIBUTÁRIA, PAUTA ECONÔMICA NA CÂMARA & REFORMA MINISTERIAL**

**Esforço concentrado continua no Senado.** Faltando duas semanas para o recesso legislativo, o Senado Federal inicia mais uma semana de esforço concentrado para votar projetos importantes, muitos deles remanescentes da agenda da semana anterior. Entre os temas previstos estão a regulamentação reforma tributária, regulamentação da inteligência artificial, o programa de aceleração da transição energética, a reforma dos processos administrativo e tributário, além da análise de indicações de autoridades.

**Ainda na Casa, parlamentares avançam para votação da regulamentação da reforma tributária.** O senador Eduardo Braga (MDB/AM) apresentou, na manhã de hoje (9), seu parecer ao PLP 68/2024 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na forma de um substitutivo que acolheu, ao menos parcialmente, mais de 640 emendas - de mais de 2000 apresentadas até o momento. A previsão é que o projeto seja deliberado na CCJ na manhã desta quarta-feira (11) e votado no Plenário no período da tarde, em sessão já convocada. Ajustes ainda podem ser realizados nos próximos dias, em função de negociações em andamento com o setor produtivo e os entes federados. As discussões têm como foco o ajuste de alíquotas, a garantia da neutralidade fiscal e o atendimento a políticas regionais, como as da Zona Franca de Manaus. O governo e o Senado trabalham com o objetivo de aprovar o parecer tanto na CCJ quanto no

Plenário nesta semana, para então enviar o projeto à Câmara e concluir a tramitação ainda em 2024.

**Na Câmara, o esforço concentrado terá pacote fiscal como principal pauta.** Com sessões previstas de segunda a sexta-feira, os parlamentares devem se debruçar principalmente sobre pacote de cortes de gastos. No entanto, a articulação para deliberação das propostas ocorre em um cenário de insatisfações no Congresso diante das exigências impostas pelo STF, com a decisão do ministro Flávio Dino de manter regras mais rígidas para a liberação de emendas parlamentares. Em meio a um cenário de margens estreitas, o governo dependerá da liderança do presidente da Câmara e de partidos do centro para angariar apoio suficiente para a aprovação de todas as propostas.

**Nesse cenário, reforma ministerial surge como estratégia para destravar a pauta.** Aliados do presidente Lula sugerem que ele sinalize uma reforma ministerial para o início do próximo ano como estratégia para fortalecer a base aliada, destravar a pauta e buscar apoio para seu projeto de reeleição em 2026. A reforma incluiria ajustes na Secretaria de Comunicação e no Ministério do Desenvolvimento Social, além de buscar formas de atrair lideranças regionais estratégicas, como o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o deputado Elmar Nascimento, do União Brasil. O governo tem até 20 de dezembro para concluir as negociações e assegurar a aprovação das medidas essenciais para este ano.

## **Destaque da Semana**

Terça

- Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).
- Prevista última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, com a definição da nova taxa básica de juros.

## **Poder Executivo**

**Presidência da  
República**

**Agenda do presidente** – **Luiz Inácio Lula da Silva** reuniu-se, nesta segunda (09), com os Ministros da Casa Civil, Rui Costa, da Defesa, José Múcio, da Fazenda, Fernando Haddad, dos Transportes, Renan Filho, de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, da Educação, Camilo Santana, da Saúde, Nísia Trindade, de Minas e Energia, Alexandre Silveira, da Gestão e da Inovação, Esther Dweck, das Comunicações, Juscelino Filho, da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, das Cidades, Jader Filho, da Secretaria de Relações Institucionais, da Controladoria-Geral da União, Vinicius de Carvalho, Alexandre Padilha, o Advogado-Geral da União, Jorge Messias, de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do MGI, Elisa Vieira Leonel e ministro substituto do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa

Logo após, participou da reunião com o Ministro da Educação, Camilo Santana, e pela tarde se reuniu com o Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcos Rogério de Souza.

Compareceu, ainda, à encontro com Ministro da Casa Civil, Rui Costa, e Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad; da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck e o Diretor de Planejamento e Relações Institucionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Nelson Barbosa.

**CGU**  
Controladoria-Geral da União

**Agenda do ministro** – **Vinicius Marques de Carvalho** participou nesta segunda (09), do Encontro de Dirigentes da CGU, e logo após compareceu ao evento sobre o dia Internacional de Combate à Corrupção

Ainda na semana, terça (10), participará da Sessão Solene de entrega do prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2024, e pela tarde deverá reunir-se na 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC).

Na quarta (11), participará da Sessão de Posse dos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União/TCU dos Ministros Vital do Rêgo e Jorge Oliveira, e logo após comparecerá no 1º Congresso de Defesa da Integridade, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público. Por fim, na quinta (12), participará da 4ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável da Presidência da República – CDESS.

**AGU**  
Advocacia-Geral da União

**Agenda do ministro** – **Jorge Messias**, nesta (09), participou da reunião na Advocacia-Geral da União com o deputado Clodoaldo Magalhães

**BACEN**  
Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente** – **Campos Neto** tem, nesta segunda (09), previsão de despachos internos em São Paulo

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2024 diminui para US\$ 74 bilhões de resultado positivo.

**Boletim Focus** – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano aumentou para 4,84%. No caso do PIB 2024, os economistas do mercado financeiro aumentaram a estimativa de crescimento para 3,39%, ao tempo em que elevaram em 0,25 p.p. a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, que deve ficar em 12,00%, primeiro aumento após nove

semanas consecutivas de estabilidade. Por fim, também foi majorada a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2024 que poderá alcançar R\$ 5,95, frente aos R\$ 5,70 estimados até então.

**Agenda dos diretores** – O diretor de Política Monetária do Banco Central, **Gabriel Galípolo**, nesta segunda (02), reuniu-se com representantes do Banco Central da Rússia, para tratar de assuntos institucionais. Além disso, pela tarde, encontrou-se com Ana Toni, Secretária, e Aloisio Melo, Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação, da Secretaria Nacional de Mudança do Clima, também para tratar de assuntos institucionais.

**SERPRO**  
Serviço Federal de  
Processamento de Dados

**Agenda do diretor-presidente** – **Alexandre Amorim** participou, nesta segunda (09) da 50ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva do Serpro.

**MRE**  
Ministério das Relações  
Exteriores

**Agenda do ministro** – **Mauro Vieira** participou, nesta segunda-feira (9), de uma reunião com o Chefe de Gabinete da Presidência dos Estados Unidos Mexicanos, Lázaro Cárdenas; de um telefonema com o Ministro de Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, Paulo Rangel; de uma reunião com o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Filippo Grandi; de um almoço em homenagem ao Alto Comissário Filippo Grandi e à Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos, Irmã Rosita Milesi; e da cerimônia de entrega do Prêmio Nansen 2024 do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados à Irmã Rosita Milesi.

**ANVISA**  
Agência Nacional de Vigilância  
Sanitária

A Agência realizará, nesta quarta-feira (11), a **24ª Reunião Ordinária Pública da Diretoria Colegiada** (Dicol). Entre os itens da [pauta](#), destacam-se as propostas de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos e de otimização da classificação toxicológica de produtos químicos, a criação de um ambiente regulatório experimental para inovação, alterações nos processos de protocolo de documentos, simplificação de regulamentos e atualização de normativas relacionadas a produtos de saúde, cosméticos e medicamentos, revisões das nomenclaturas e compêndios da Farmacopeia Brasileira, além da atualização de listas de substâncias sujeitas a controle especial. Também será discutida a revisão de procedimentos simplificados para o registro e a regularização de produtos, com foco na eficiência e redução de custos regulatórios. A deliberação será transmitida ao vivo pelo [canal](#) da ANVISA no YouTube.

**ANS**  
Agência Nacional de Saúde  
Suplementar

A Agência realizará, nesta semana, entre os dias 10 e 11, às 14h e 9h, respectivamente, a **35ª reunião técnica da Comissão de Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Suplementar** (Cosaúde). Entre os itens da [pauta](#), destacam-se propostas de incorporação de tecnologias e indicações de uso ao SUS. A reunião será transmitida ao vivo pelo [canal](#) da ANS no YouTube.

Além disso, na quinta-feira (12), às 14h30, será realizada a **117ª Reunião Ordinária da Câmara de Saúde Suplementar (CAMSS)**. Entre os itens da [pauta](#), destaca-se deliberações relacionadas regulação e regulamentação das práticas de saúde e dos planos de saúde no Brasil, com foco em tecnologias, tratamentos, políticas de preços e ajustes, e medidas de fiscalização relacionadas ao setor de saúde suplementar. A reunião também será transmitida ao-vivo pelo está [canal](#) da ANS no YouTube.

**MTE**  
Ministério do Trabalho e  
Emprego

**Agenda do ministro** – **Luiz Marinho** participou, nesta segunda-feira (9), do lançamento do Programa Paul Singer, realizado em Brasília (DF).

## Poder Legislativo

### Congresso Nacional

O **Plenário do Congresso Nacional** não tem sessões deliberativas marcadas para esta semana.

### Câmara dos Deputados

O **Plenário da Câmara dos Deputados** tem sessão deliberativa marcada para terça (10), sem pauta divulgada até o momento. A movimentação, no entanto, é de votação dos projetos do ajuste fiscal do governo federal.

### Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** poderá deliberar, nesta semana, entre outros, a [PEC 3/2020](#) (*regime de competência sobre defesa e segurança cibernética*); o [PL 327/2021](#) (*Programa de Aceleração da Transição Energética*); ademais do [PL 2338/2023](#) (*Inteligência Artificial*), assim como do [PDL 386/2022](#) (*acordo com a Corte Permanente de Arbitragem*).

Há expectativa, ainda, de apreciação do projeto que institui o IBS, CBS e IS, por meio do [PLP 68/2024](#). O relatório referente ao projeto foi publicado nesta segunda-feira (09) pelo senador Eduardo Braga (MDB/AM), com leitura formal prevista para a mesma data na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), e eventual apreciação no Plenário da Casa ao longo da semana.

## Comissões

### TECNOLOGIA

#### Consumidor

Senado | CCDD | Quarta (11) | 14h00

**Audiência Pública** – A Comissão de Comunicação e Direito Digital realiza, nesta semana, audiência pública para aferir responsabilidades e providências adotadas por provedores ou empresas que oferecem seus espaços/plataformas virtuais para anunciantes mal-intencionados, que venham a praticar golpes ou fraudes nos consumidores. Dentre os participantes, salientamos a presença de representantes da Secretaria do Consumidor (Senacon); do Instagram; e do portal Globo.com.

Câmara | CEDES | Sexta (12) | 10h00

**Audiência Pública** – O Centro de Estudos e Debates Estratégicos realiza, nesta semana, audiência pública para debater os impactos da Inteligência Artificial na economia.

### ECONOMIA E

Senado | CDR | Terça (10) | 13h00

## TRIBUTAÇÃO

### Benefícios Fiscais

**Audiência Pública** – A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza, nesta semana, audiência pública com o objetivo de debater o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais e o novo modelo de desenvolvimento regional após a EC 132 e regulamentação do PLP 68/2024. Dentre os participantes, salientamos a presença, dentre outros, do Presidente do Comitê Nacional de Secretários de Estado de Fazenda (Comsefaz), **Carlos Eduardo Xavier**; Superintendente de Economia da Confederação Nacional da Indústria- CNI, **Mário Sérgio Carraro Telles**.

Câmara | CLP | Quinta (12) | 10h00

**Audiência Pública** – A Comissão de Legislação Participativa realiza, nesta semana, audiência pública com o objetivo de debater o novo arcabouço fiscal e o pacote de cortes de gastos. Dentre os participantes, salientamos a presença, dentre outros, de representantes do Ministério da Saúde; do Trabalho; e da Secretaria do Tesouro.

## Política

**Lula reúne ministros no Palácio do Planalto para discutir modernização de estatais.** O presidente Lula se reúne com 16 ministros, na segunda-feira, para discutir modernização de empresas estatais. Numa reunião em novembro, Lula deu início a uma rodada de reuniões com vários ministros para discutir a reestruturação das estatais, o que seria feito por meio do BNDES. A estratégia é afastar de vez a ideia de privatização, mas adotar medidas para modernizar essas empresas e até mesmo fazer fusões. As estatais serão autorizadas a contratarem o BNDES, que elaborará projetos, de acordo com a vocação e cada, disse um técnico do governo. O Ministério de Gestão e Inovação (MGI), responsável pelas estatais também poderá fazer um contrato de gestão com o BNDES para propor soluções que melhorem o desempenho das empresas públicas. O foco será nas empresas deficitárias. [Fonte:](#) O Globo

**Lira e Pacheco traçam estratégias distintas para preservar capital político até as eleições de 2026.** A pouco mais de três meses do término de seus mandatos, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já direcionam seus esforços para as eleições de 2026, enquanto tentam preservar suas relevâncias no jogo político em Brasília. Especialistas ouvidos pelo Estadão destacam que, ao deixarem os cargos, ambos enfrentarão o desafio de manter influência ao retornarem à condição de parlamentares comuns entre os 594 congressistas do Legislativo federal — um cenário que pode dificultar suas ambições eleitorais para daqui a dois anos. Lira e Pacheco contam, contudo, com um trunfo importante: devem emplacar sucessores nos comandos das Casas. Hugo Motta (Republicanos-PB), na Câmara, e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), no Senado, são apontados como favoritos, e suas eleições por aclamação podem ajudar os dois líderes na manutenção da influência no Legislativo federal, mesmo após deixarem os cargos. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

**Senado aprova texto-base de projeto que dá mais transparência a emendas parlamentares.** O plenário do Senado aprovou, na quarta-feira (13), o texto base do [projeto de lei complementar \(PLP\)](#) que dá mais transparência e rastreabilidade às emendas parlamentares por 46 votos a 18. Para ser aprovado, o PLP precisava de 41 votos. O relator da matéria, Angelo Coronel (PSD-BA), trouxe modificações ao texto que retornará à Câmara. A análise do texto não foi concluída, pois ainda faltam ser apreciados os destaques, mudanças a matéria, que são quatro ao todo. A previsão é de que a conclusão da votação ocorra na segunda (18), mas a data deve ser anunciada na quinta-feira (14). [Fonte:](#) Congresso em Foco

**Dino rejeita pedidos do governo Lula e mantém regras para emendas parlamentares.** O ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), rejeitou na segunda-feira (9) um recurso da AGU (Advocacia-Geral

da União) do governo do presidente Lula (PT) que pedia mudanças na decisão do tribunal sobre as emendas parlamentares. Na decisão, Dino diz que "não há o que reconsiderar" da decisão do plenário do Supremo porque as novas regras estipuladas "derivam diretamente" da Constituição e da Lei de Responsabilidade Fiscal. As emendas são uma forma pela qual deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso tem sido atender seus redutos eleitorais, e não as localidades de maior demanda no país. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

## Economia

**Novo sistema tributário já roda em 2025.** O novo sistema de tributação sobre o consumo entra em vigor em janeiro de 2026, mas os órgãos técnicos responsáveis por sua implementação precisam iniciar a operação de teste em ambiente restrito com pelo menos seis meses de antecedência. Ou seja, a partir de meados de 2025. Muitas adaptações de sistema que podem levar mais de um ano já estão em andamento. Esse é um dos motivos da apreensão entre os responsáveis por colocar o novo sistema em pé com os atrasos na votação dos projetos de regulamentação da reforma tributária aprovada em dezembro de 2023. O primeiro projeto chegou ao Congresso em abril e foi votado na Câmara em julho. A apresentação de um relatório com as mudanças sugeridas pelo Senado está prometida para esta segunda-feira (9). O calendário prevê aprovar o texto ainda na semana na Casa. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

**Congresso e Planalto têm duas semanas para moldar a economia em 2025.** O Planalto e o Congresso têm menos de duas semanas –de 9 a 20 de dezembro– para moldar a economia de 2025. As duas últimas semanas antes do recesso parlamentar terão, como de costume, votações aceleradas para viabilizar novas regras para o ano que se inicia. Uma delas é o projeto de lei que muda a forma de reajuste do salário mínimo. Pela lei atual, seria reajustado por 3,2% (crescimento da economia brasileira em 2023) acima da inflação. O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) propôs um reajuste menor, de até 2,5% acima da inflação. [Fonte:](#) Poder 360

**Congresso e governo abrem caminho para aprovar Orçamento de 2025 sem incorporar corte de gastos.** O Congresso Nacional e o governo Lula abriram caminho para aprovar o Orçamento de 2025 sem incorporar os efeitos do pacote de corte de gastos apresentado pelo Poder Executivo na largada. Dessa forma, o Orçamento seria ajustado ao longo do próximo ano, se a economia de despesas de fato se concretizar e conforme for verificada nas contas públicas. O pacote de Lula prevê uma contenção de gastos de R\$ 30,6 bilhões em 2025, incluindo a limitação do crescimento do salário mínimo, o pente-fino em programas sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a mudança na aposentadoria dos militares e a alteração no Fundo de Desenvolvimento Nacional da Educação Básica (Fundeb). Até o momento, esse corte não está incorporado na proposta orçamentária do ano que vem. Tanto o pacote quanto o Orçamento devem ser votados pelo Congresso até o dia 20 de dezembro. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

**Reforma tributária: parecer do relator tem cashback para telecom e nova lista de medicamentos com alíquota zero.** O senador Eduardo Braga (MDB-AM) protocolou, na manhã da segunda-feira (9), o seu parecer sobre o principal projeto de lei (PLP 68/2024) de regulamentação da reforma tributária do consumo. O documento tem, ao todo, 530 páginas. Braga acrescentou ao seu parecer o sistema de cashback para serviços de telecomunicações. A medida foi uma das sugestões apresentadas pelo grupo de trabalho (GT) da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O cashback funciona com um sistema de devolução de imposto pago a famílias carentes. Como antecipou ao Valor o coordenador do GT, senador Izalci Lucas (PL-DF), o texto prevê a devolução de 100% da CBS, o tributo de competência federal, e no mínimo 20% do IBS, imposto dos Estados e municípios. São os mesmos percentuais já previstos para as contas de luz, água, esgoto e gás encanado. [Fonte:](#) Valor Econômico

**Risco de judicialização com reforma é baixo.** Numa escala de zero a dez, é da ordem de três o risco de haver um aumento no volume de ações judiciais em função de decisões divergentes nas duas instâncias administrativas que julgarão os casos envolvendo a cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), ambos criados na reforma dos tributos sobre o consumo. Evitar que interpretações diferentes provoquem uma corrida aos tribunais é um dos grandes desafios à frente, afirmou ao Valor o presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), Carlos Higinio Ribeiro

de Alencar. “Não podemos deixar surgir essa semente do mal, essa erva daninha. Aí vai criar mais complexidade no sistema”, disse Higino. “Eu diria que para o ano que vem, para os demais, esse é um ponto bem importante.” [Fonte:](#) Valor Econômico

**Portal da Transparência amplia dados sobre renúncias fiscais.** A partir da sexta-feira (06), o Portal da Transparência, gerenciado pela Controladoria-Geral da União (CGU), disponibiliza novos dados detalhados sobre as renúncias fiscais concedidas pelo Governo Federal. A atualização abrange mais de R\$ 1,25 trilhão em benefícios fiscais, relativos à desoneração de tributos federais e incentivos governamentais, no período de 2015 até o primeiro semestre de 2024. Entre os novos dados, destacam-se informações sobre o Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). [Fonte:](#) ASCOM CGU

## Judiciário

**Confira a pauta da semana do STF.** Na quarta (11), o Plenário do STF se reúne para julgar, presencialmente, dentre outras, a [ADPF 403](#) e a [ADI 5527](#), sobre ordens judiciais de bloqueios de aplicativos, a [ADPF 765](#), sobre o monitoramento pela Segov de atividades parlamentares e jornalísticas, e os [MS 36666](#) e [MS 37132](#), sobre o bloqueio em contas oficiais das redes sociais do então presidente Jair Bolsonaro. Já na quinta (12), a [ADI 3228](#), sobre a organização do estatuto do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, a [ADI 5644](#), sobre o pagamento de convênios contratados pela Defensoria Pública de SP para a prestação de assistência jurídica suplementar por advogados privados, o [RE 608588](#), sobre o limite da atuação legislativa dos municípios para fixar as atribuições de suas guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações do município, e a [ADI 6257](#), sobre subtetos remuneratórios para o funcionalismo público dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. [Fonte:](#) Foco – Relações Governamentais com informações de ASCOM STF

## Último Foco

**Governo adota conjunto de medidas para fortalecer governança e aumentar a eficiência das estatais federais.** O Governo Federal adotou na segunda-feira, 9 de dezembro, um conjunto de medidas com o objetivo de modernizar e ampliar a eficiência das empresas estatais federais, preservando sua autonomia e alinhando-as às melhores práticas de governança corporativa. As estatais têm um papel fundamental no desenvolvimento inclusivo e sustentável do Brasil, com desdobramentos na transição ecológica, na reindustrialização, na modernização da infraestrutura e na inclusão e diversidade social. [Fonte:](#) Agência Brasil

**MGI aborda privacidade e segurança da informação nos serviços públicos digitais no evento América Aberta.** Na sexta-feira (06/12), o diretor de Privacidade e Segurança da Informação da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD-MGI), Leonardo Ferreira, participou da programação do evento internacional América Aberta. Durante sua palestra, o especialista abordou os principais desafios e oportunidades em governança e gestão de dados que os encarregados pelo tratamento de dados pessoais e gestores de segurança da informação enfrentarão até 2025. [Fonte:](#) ASCOM MGI

**Ministério das Comunicações defende transformação digital como estratégia para desenvolvimento econômico e social.** O Ministério das Comunicações defendeu na sexta-feira (6) a transformação digital como estratégia para fomentar o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A afirmação foi feita pela secretária-executiva da pasta, Sônia Faustino, que representou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, em evento promovido pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). “Ao olhar para o cenário atual, fica evidente que a transformação digital é uma força motriz essencial para o desenvolvimento social e econômico. A conectividade, a automação e a integração de tecnologias eletrônicas têm redesenhado a maneira como interagimos, trabalhamos e vivemos. Nesse contexto, o setor elétrico e eletrônico é fundamental, sendo o alicerce de grande parte dessas inovações”, afirmou Sônia, no Encontro Anual da Indústria Elétrica e Eletrônica, realizado no Clube Monte Líbano, em São Paulo (SP). [Fonte:](#) ASCOM MCOM

**Receita Federal esclarece informações sobre prazo de regularização de débitos de optantes pelo Simples Nacional e Simei:** 1) não houve prorrogação de prazo de pagamentos e entrega de obrigações perante o órgão; 2) para os contribuintes que receberam Termo de Exclusão do Simples Nacional e não regularizaram dentro do prazo legal seus débitos listados no Relatório de Pendências vinculado a esse Termo, serão excluídos do regime simplificado, com vigência em 1º de janeiro do próximo ano de 2025; A Receita Federal esclarece que o prazo para regularização dos débitos é determinado pela Lei Complementar 123/2006 e é de 30 dias a partir da ciência do Termo de Exclusão. · Prazo de regularização: o contribuinte tem 30 dias contados a partir da ciência do Termo de Exclusão para regularizar os débitos listados no Relatório de Pendências. · Data em que ocorre a ciência do Termo de Exclusão: 1) A ciência ocorre quando o contribuinte faz a primeira leitura da mensagem, desde que isso aconteça dentro de 45 dias da disponibilização do Termo. 2) Se o contribuinte não acessar a mensagem dentro desse período de 45 dias, a ciência será considerada automática no 45º (quadragésimo quinto) dia após a disponibilização do Termo. · Data final de regularização: a data final para regularizar os débitos é variável e depende da data em que ocorreu a ciência do Termo pelo contribuinte. Porém, todos esses prazos vencerão antes do final de dezembro/2024. [Fonte:](#) ASCOM RF

**Câmara debate estudo sobre impactos da inteligência artificial na economia.** Na próxima quinta-feira (12), o Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes) da Câmara dos Deputados realiza uma audiência pública sobre os impactos da inteligência artificial na economia. O evento será realizado no plenário 4, às 10 horas. O objetivo é explorar alguns dos principais efeitos do uso dessa tecnologia, como: aumento da produtividade; mudanças no mercado de trabalho; inovação e novos modelos de negócios; melhorias na tomada de decisão; desigualdade econômica; mercado financeiro; e regulação e ética. O relator do estudo "Inteligência artificial, inclusão digital, automação do trabalho, empregabilidade e previdência" é o deputado Helio Lopes (PL-RJ). [Fonte:](#) Agência Senado

**Anatel – e o mundo – avaliam como garantir competição no espaço com domínio da Starlink.** A sustentabilidade espacial é o mote do momento em discussões regulatórias que envolvem as telecomunicações, tanto em nível global como especificamente no Brasil. Tanto lá, como cá, o debate é pressionado pelo crescimento das constelações de satélites de baixa órbita – e especialmente por uma delas, da Starlink, do bilionário Elon Musk. “A sustentabilidade espacial é muito importante e tem levantado várias questões internacionais, tanto no âmbito da União Internacional de Telecomunicações quanto no âmbito da UNOOSA, que é um outro órgão da ONU. O Brasil tem sido muito ativo nessas discussões. Se nos anos 1990 uma constelação muito grande era de 50 ou 60 satélites, hoje a gente está falando de milhares de satélites”, explica o diretor executivo da IPE Digital, Agostinho Linhares. O assunto foi alvo de discussões durante o ICT LAC Summit, um evento organizado pela Anatel que reuniu reguladores de 15 países latino-americanos em Salvador, na Bahia, entre 3 e 5/12. [Fonte:](#) Convergência Digital

**Com 64 parques tecnológicos, desafio do Brasil agora é interiorização.** Peças-chave no processo de inovação na economia brasileira, os parques tecnológicos reúnem universidades e empresas com apoio de governos para transformar ideias em produtos e serviços inovadores para o mercado. Neste mês, completam-se quatro décadas de criação dos dois parques mais antigos ainda em operação: de São Carlos, em São Paulo, e de Campina Grande, na Paraíba. Passados 40 anos, esse ambiente de conexão entre pesquisa, inovação e mundo empresarial se expandiu no país. Dados da plataforma InovaData, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) mostram que existem no país 64 parques tecnológicos em operação. Além deles, há 29 em processo de implantação e oito sendo planejados. Para a diretora de Apoio aos Ecossistemas de Inovação do MCTI, Sheila Pires, esses parques são importantes para estratégias de desenvolvimento do país nas áreas de ciência e tecnologia, transição energética e bioeconomia, por exemplo. [Fonte:](#) Agência Brasil

**Sebrae lança nova edição do Impulsiona Pequenos Negócios.** O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e a Serasa Experian iniciaram a 2ª edição do Programa “Impulsiona Pequenos Negócios”. A iniciativa tem como objetivo oferecer consultoria e treinamento a 120 pequenas empresas em São Paulo, Campinas e Osasco. O “Impulsiona Pequenos Negócios” inclui uma nova trilha sobre ESG (Environmental, Social, and Governance). As empresas da edição anterior obtiveram uma redução de 92% no endividamento e um aumento de 17% na margem líquida. O programa, que terá duração de um ano, começará em janeiro de 2025. Além disso, o programa do Sebrae promete acompanhamento individualizado, baseado em um diagnóstico empresarial inicial. Os participantes também terão acesso a workshops presenciais e oportunidades de networking. [Fonte:](#) Poder 360

**Aviso de pauta: ABDI e IFB assinam convênio de R\$ 12,9 mi para criar Hub de Empreendedorismo Digital e Inovação no DF.** A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Instituto Federal de Brasília (IFB) firmam, na terça-feira (10), às 16h30, um convênio R\$ 12,9 milhões para a estruturação de uma Escola de Negócios, que funcionará como um Hub de Inovação e Empreendedorismo Digital no campus da Asa Norte, em Brasília. A iniciativa visa impulsionar a economia local, por meio do estímulo ao empreendedorismo, e posicionar a região como um centro de excelência em inovação e desenvolvimento sustentável. A ABDI realizará o aporte de R\$ 11,57 milhões para a execução do projeto, com contrapartida de R\$ 1,34 milhões do IFB. A Escola de Negócios tem o objetivo de aprimorar as condições para o empreendedorismo no Distrito Federal, promovendo a maturidade digital e a criação de novos modelos de negócios. [Fonte:](#) ABDI